

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.089 PARANÁ

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : TERESINHA LOPES MACHADO
ADV.(A/S) : WILLYAN ROWER SOARES
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Decisão: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu recurso extraordinário ajuizado em face de acórdão da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, assim fundamentado:

“A referida Medida Provisória, editada em 27 de junho de 1997, convertida, após sucessivas reedições, na Lei nº 9.528/97, alterou o art. 103, da Lei nº 8.213/91, instituindo prazo para revisão do ato de concessão de benefícios previdenciários, nos seguintes termos:

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Este prazo de 10 (dez) anos, deve ser contado a partir do dia 1º do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação (art. 103 da LBPS), situação na qual se enquadra o caso ora analisado.

Observo que entre o dia 1º do mês seguinte à concessão administrativa e a propositura da presente ação já fluíu integralmente o prazo de dez anos. Por essa razão, é de se considerar que já se consumou integralmente o lapso para a parte autora revisar seu benefício.” (eDOC 25, p.8)

Embargos de declaração rejeitados. (eDOC 42, p. 1).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, “a”, da

ARE 917089 / PR

Constituição Federal, aponta-se ofensa ao art. 5º, XXXVI, do Texto Constitucional.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que “o prazo decenal do art. 103, caput, da Lei 8.213/91 é prescricional, pois a ação previdenciária (...) é de natureza condenatória” (eDOC 48, p. 8).

A Presidência da Turma Recursal inadmitiu o recurso por entender que a controvérsia possui natureza infraconstitucional.

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, verifica-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da infraconstitucionalidade da discussão a respeito da decadência ao direito de revisar benefício previdenciário concedido após a edição da Medida Provisória 1.523/1997.

Confirmam-se os precedentes de ambas as Turmas:

“DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/1991. BENEFÍCIO CONCEDIDO POSTERIORMENTE AO ADENTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.523-9/1997. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. 1. O Supremo Tribunal Federal já assentou o entendimento de que tem natureza infraconstitucional a controvérsia sobre a decadência do pedido de revisão relativo aos benefícios concedidos após a edição da MP nº 1.523-9, de 27.06.1997. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 827.948-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 22.05.2015).

“Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Previdenciário. 3. Revisão de benefício previdenciário concedido após a edição da MP 1.523, de 27.6.1997. Decadência. Matéria infraconstitucional. 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 782.559-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 05.08.2014)

ARE 917089 / PR

Ante o exposto, conheço do agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário, nos termos dos arts. 544, § 4º, II, “b”, CPC, e 21, §1º, RISTF.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro Edson Fachin

Relator

Documento assinado digitalmente